

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 515.150 - SP (2019/0167359-8)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : LORIS JEAN HALLAL**  
**ADVOGADO : LORÍS JEAN HALLAL - SP239151**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : FABIANO SCAGLIA (PRESO)**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em favor de **FABIANO SCAGLIA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta que o Juízo das Execuções Penais procedeu à unificação das penas do paciente, considerando como termo inicial para a concessão de benefícios executórios a data do trânsito em julgado da última condenação (e-STJ, fls. 90-118).

Interposto agravo em execução, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 11):

"Agravo. Indeferimento da progressão de regime. Unificação de penas. Interrupção do lapso temporal para fins de benefícios executórios. Pretensão de progressão ao regime intermediário. Impossibilidade. Não cumprimento do requisito subjetivo. Agravo improvido."

Nas razões do *writ*, alega o impetrante a existência de constrangimento ilegal, ao argumento de que o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacífico no sentido de que "a unificação de penas não enseja a alteração da data-base para concessão de novos benefícios na execução penal" (e-STJ, fl. 8).

Requer a concessão da ordem para "que seja feito o cálculo de pena, alterando-se a data-base conforme Recurso Especial n. 1.753.512" (e-STJ, fl. 9).

Liminar indeferida à fl. 61 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 66-81 e 88-125 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pela concessão parcial da ordem (e-STJ, fls. 127-131).

### É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Consta dos autos que o Juízo da Execução, ao unificar as penas do paciente, inferiu que o termo inicial para a concessão de benefícios executórios seria a data do trânsito

# Superior Tribunal de Justiça

em julgado da última condenação (e-STJ, fls. 90-118).

O Tribunal de Justiça, ao negar provimento ao agravo em execução, consignou que (e-STJ, fls. 14-16):

"[...]

Não se desconhece o julgamento do REsp 1.557.461/SC, ocorrido em 22 de fevereiro de 2018, em que a Terceira Seção do C. Superior Tribunal de Justiça, por maioria de votos, afastou a consideração do trânsito em julgado da última condenação como data base para a interrupção do lapso temporal para fins de benefícios executórios.

Todavia, tal entendimento encontra-se em oposição ao firmado pelo C. Supremo Tribunal Federal, como visto nos julgados acima, além do fato de que não se deu em unanimidade, tampouco possui caráter vinculante.

Assim, sobrevindo nova condenação no curso da execução penal, o cálculo de penas para a concessão de benefícios é interrompida, devendo-se adotar como termo inicial para a contagem do período aquisitivo a data do trânsito em julgado da última condenação penal, tratando-se de resultado necessário à soma e unificação das penas no sistema progressivo, não havendo qualquer analogia *in malam partem*, tampouco violação a dispositivos constitucionais ou processuais, eis que em harmonia com a individualização da pena e da isonomia.

Tal interrupção alcança também a contagem de tempo para a concessão de livramento condicional.

Conquanto não se ignore o teor de Súmula n. 441 do C. Superior Tribunal de Justiça, há que ser ter como mais acertado o posicionamento do Colendo Supremo Tribunal Federal, já há muito sedimentado e mantido mesmo após a edição daquele verbete:

"[...]

É de se anotar que a citada Súmula 441 do STJ não é vinculante, não obrigando o acolhimento da interpretação que traz.

Ademais, as Súmulas 441 e 535, do C. STJ, tratam apenas da prática de falta grave que não interrompe o prazo para a obtenção de livramento condicional, comutação e indulto, não sendo aplicada no presente caso, eis que se trata de nova condenação pela prática de delito.

Portanto, para fins de cálculo do tempo para a concessão de benefícios da execução da pena, inclusive livramento condicional, deve ser considerado como termo inicial a data do trânsito em julgado da última condenação."

Sobre o tema em debate, ressalte-se, desde logo, que as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte tinham, ambas, pacífico entendimento de que, em caso de superveniente condenação definitiva imposta ao sentenciado, decorrente de fato anterior ou posterior ao início da execução penal, a contagem do prazo para concessão de benefícios era interrompida e deveria ser feito novo cálculo, com base no somatório das penas.

Tal posicionamento, contudo, estabelecia, como termo *a quo* para concessão

# Superior Tribunal de Justiça

de futuros benefícios, a data do trânsito em julgado da última sentença condenatória.

Entretanto, no julgamento do Recurso Especial n. 1.557.461/SC, de relatoria do Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, publicado em 15/3/2018, a Terceira Seção deste Superior Tribunal modificou sua linha jurisprudencial sobre a matéria, passando a adotar parâmetro distinto, conforme revela a ementa do aludido precedente:

"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A *QUO* PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o *quantum* obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante *bis in idem*.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido". (REsp 1.557.461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/2/2018, DJe 15/3/2018, grifou-se).

Naquela oportunidade, proferi voto vogal - abaixo parcialmente transcrito - que delineia as balizas da nova diretriz pretoriana, no que tange à fixação da data-base para a aquisição de benesses na execução, após a unificação de penas:

"[...] Existem pelo menos quatro modalidades de fixar a data-base que aparecem de forma recorrente em decisões nos tribunais, adotados de acordo com o caso concreto: **a)** data da última prisão; **b)** data da soma de penas; **c)** data do cometimento do delito ou **d)** data do trânsito em julgado da última condenação.

Entendo que a questão requer estudo detalhado, uma vez que, a depender do marco considerado para progressões futuras, pode-se alongar, e muito, o tempo de prisão em um regime mais gravoso, violado o sistema progressivo da execução e contribuindo sobremaneira para a superlotação carcerária, mantendo-se por mais tempo o encarceramento.

Assim, diante das várias interpretações possíveis, deve-se optar, no caso concreto, por aquela que mais garante o direito à liberdade do reeducando. [...]

Importante consignar que prática de falta grave no curso da execução interrompe o prazo para a progressão de regime na data do fato e não na data posterior que reconhece a infração. Entendimento já firmado no enunciado da Súmula 543 do STJ:

'A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração'.

Esse entendimento foi sintetizado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do EREsp 1.176.486, o qual consignou que "[...] o cometimento de falta grave pelo sentenciado no curso da execução da pena, nos termos do art. 127 da Lei 7.210/84, implica [...] nova fixação da data-base para concessão de benefícios, exceto livramento condicional e comutação de pena" (EResp 1.176.486, Rel. ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 3ª S., DJe 1º/6/2012).

Quanto ao tema, rememoramos as Súmulas n. 441 e 535 do STJ, a seguir reproduzidas, respectivamente:

'A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional'.

'A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de penas ou indulto'.

Dessa forma, se a data-base para a progressão de regime é a data do cometimento da infração, idêntico entendimento deve ser aplicado à hipótese de cometimento de crime no curso da execução, já que também constitui falta disciplinar de natureza grave.

Logo, a prática de fato definido como crime doloso no curso da execução constitui falta grave e ocasiona a alteração da data-base, configurando constrangimento ilegal nova alteração da data-base em razão da superveniência do trânsito em julgado de sentença condenatória.

# Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, pedindo vênia à divergência, acompanho o relator para negar provimento ao recurso especial, **entendendo que se deve fixar a data da última prisão como marco interruptivo para concessão de benefício, no caso de crimes cometidos antes da execução da pena, e, nos casos de delitos cometidos no curso da execução, a data do cometimento da última infração disciplinar (último fato criminoso).**"

A matéria, inclusive, foi recentemente afetada pela 3ª Seção dessa Corte Superior, nos Recursos Especiais n. 1.753.512/PR e 1753.509/PR (Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgados em 18/12/2018, DJe 11/03/2019), com o escopo de reafirmar o entendimento consolidado no supracitado Recurso Especial n. 1.557.461/SC. Transcrevo, por oportuno, a ementa de um dos mencionados julgados:

"RECURSO ESPECIAL. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A *QUO* PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o *quantum* obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante *bis in idem*.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As

# Superior Tribunal de Justiça

condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso especial representativo da controvérsia não provido, assentando-se a seguinte tese: a unificação de penas não enseja a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios."

(ProAfR no REsp 1753512/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/12/2018, DJe 11/03/2019, com destaque).

No caso dos autos, o acórdão impugnado entendeu que a unificação de penas, diante de nova condenação criminal, acarretaria a interrupção do prazo para obtenção de benefícios executórios, cujo termo inicial seria a data do trânsito em julgado da última condenação imposta ao reeducando, o que diverge da orientação firmada pela Terceira Seção do STJ.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XX, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do *habeas corpus*, mas **concedo a ordem, de ofício**, para fixar a data da última prisão como marco interruptivo para concessão de benefício, no caso de crimes cometidos antes da execução da pena, e, nos casos de delitos cometidos no curso da execução, a data do cometimento da última infração disciplinar (último fato criminoso), ressaltando da nova data-base o termo *a quo* para o livramento condicional, a comutação de penas e o indulto (Súmulas 441 e 535 do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**

Relator